



PROCESSO N.º 1763/2007

PROTOCOLO N.º 9.566.269-2

PARECER N.º 782/07

APROVADO EM 05/12/07

CÂMARA DE PLANEJAMENTO

INTERESSADO: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
ARLINDO RIBEIRO

MUNICÍPIO: GUARAPUAVA

ASSUNTO: Pedido de Renovação de Credenciamento da Instituição para a oferta
de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

RELATOR: ARNALDO VICENTE

I – RELATÓRIO

1 - Pelo Ofício n.º 5137/2007–GS/SEED, a Secretaria de Estado da Educação encaminha a este Conselho o expediente acima de interesse do Centro Estadual de Educação Profissional Arlindo Ribeiro do Município de Guarapuava que por sua Direção solicita Renovação de Credenciamento da Instituição para a oferta de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

2 – Da Instituição de Ensino

O Centro Estadual de Educação Profissional Arlindo Ribeiro está localizado à Rua Mario Virmond n.º 78, Bairro Industrial no Município de Guarapuava e tem como Entidade Mantenedora o Governo do Estado do Paraná, foi Credenciado para oferta de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em 24 de maio de 2002 pela Resolução Secretarial n.º 1832/02.

3 – Corpo Técnico Administrativo

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
Alacir Soares Valença	- Matemática	- Direção
Laís Helena Figueiredo Reccanello	- Engenharia Agrônômica	- Direção Unidade de Produção
Maria Aparecida Cordeiro da Silva Maciel	- Letras: Português/Inglês - Especialização em Metodologia do Ensino de Português	- Direção Auxiliar/Internato
Maria de Jesus Pereira dos Santos	- Ensino Médio	- Secretária



PROCESSO N° 1763/2007

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
Henry Gasparetto Pedroso	- Pedir Graduação - Especialização na Área de Educação: "Metodologia do Ensino-Aprendizagem de Ciências no Processo Educativo"	- Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária – Integrado e Subseqüente
Dario Kazuto Matoba	- Agronomia	- Coordenação de Estágio de Agropecuária

4 – Cursos Autorizados

	Curso	Resolução	Data
1	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	778/05	08/03/2005
2	Técnico em Agropecuária Subseqüente ao Ensino Médio	820/05	08/03/2005

"O CEEPAR oferta atualmente os cursos de Técnico em Agropecuária em nível de Ensino Médio Integrado e Subseqüente. Disponibilizando seis turmas para o Ensino Médio Integrado e duas turmas para o Subseqüente."

5 – Proposta Pedagógica

"A Agropecuária desempenha papel fundamental na economia da região centro-sul, na qual Guarapuava está inserida.

Segundo o censo do IBGE de 1999 a estrutura fundiária de Guarapuava é formada aproximadamente por 4.425 propriedades rurais, distribuídas nas áreas mais planas favoráveis à mecanização; e as áreas acidentadas que se compõe de pequenas propriedades (minifúndios). Os minifúndios são responsáveis pela diversificação da produção, enquanto que as grandes propriedades tendem à monocultura.

No setor agrícola destacam-se o cultivo dos seguintes produtos: soja, milho, trigo, cevada, aveia, triticale, centeio, feijão. Destaca-se também o cultivo de batata, aparecendo como uma das maiores produtoras da região, tendo a grande necessidade de mão de obra para seu desenvolvimento e beneficiamento.

No setor de pecuária aparecem com destaque os rebanhos: bovino de corte e de leite, suíno, eqüino, ovino, aparecendo como nova alternativa, a avicultura, caprinocultura.

O setor extrativo da madeira pinus, eucaliptus, tem destaque o número de grandes empresas do setor.

A grande força da região são as Cooperativas Agrícolas, que bem estruturadas, apóiam os agricultores. Ampliando suas atividades, as Cooperativas mantém uma agroindústria de beneficiamento de cereais, fabricação de ração, indústria de laticínios e maltaria.

Baseado na realidade regional e nas Diretrizes Curriculares elabora o Projeto Político-Pedagógico deste estabelecimento.



PROCESSO N° 1763/2007

(...)

A construção da proposta pedagógica

A proposta pedagógica, por constituir-se em elemento orientador e, ao mesmo tempo, coordenador das ações da comunidade escolar, extrapola a dimensão pedagógica, englobando a gestão financeira e administrativa. Portanto, ela deve contemplar os recursos necessários à sua implementação e formas de gerenciamento. Em verdade, quando se trata de proposta pedagógica, se está tratando do planejamento da escola que se vai objetivar no Plano da Escola. Esse é o instrumento a partir do qual as ações programadas serão desenvolvidas, acompanhadas e avaliadas. No entanto, é preciso ter clareza quanto ao que se considera, hoje, como planejamento. As novas concepções de gestão vão, segundo Garcia, redescobrir essa função. Contudo esse planejamento vai diferir essencialmente do tradicional, marcado por uma linha excessivamente burocrática e centralizadora. Hoje, ele deve constituir-se em um instrumento de consecução da autonomia da escola.

Portanto, é importante retomar aqui o conceito de proposta pedagógica como sendo *a própria escola em movimento, construindo, no dia-a-dia, seu trabalho educativo, discutindo coletivamente seus problemas, suas possibilidades de solução, e definindo, de forma participativa, as responsabilidades pessoais e coletivas a serem assumidas para a consecução dos objetivos estabelecidos*. Dentro dessa perspectiva, o Plano da Escola significa um instrumento que deve viabilizar a execução da proposta e ser suficientemente flexível para se adaptar à dinâmica do trabalho cotidiano da escola.

A nova LDB, ao propor a descentralização do sistema, dando à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, estabelece uma relação clara entre autonomia e proposta pedagógica e, conseqüentemente, coloca, para a escola, a responsabilidade de elaborar um planejamento que a leve a atingir esses progressivos graus de autonomia. A escola, por sua vez, só pode assumir, com competência, essa responsabilidade, se os seus profissionais tiverem condições objetivas de trabalho. Qualificação profissional, salários condizentes com sua função, jornada de trabalho que inclua tempo para estudo, discussão e atuação em outras atividades fora da sala de aula são condições indispensáveis para uma participação responsável e competente na elaboração e execução da proposta pedagógica da escola. Diante disso, que papel tem a proposta pedagógica na realização do atual ideário da educação na escola?

Sem querer esgotar suas inúmeras finalidades, serão apontadas aqui algumas, como objeto de reflexão.

- Estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola, integradas às normas comuns do sistema nacional e do sistema ou rede ao qual pertence, considerando os elementos que a identificam.
- Reconhecer e expressar a identidade da escola de acordo com sua realidade, idiosincrasias e necessidades locais.
- Definir coletivamente objetivos e metas comuns à escola como um todo.
- Possibilitar, ao coletivo escolar, a tomada de consciência dos principais problemas da escola e das suas possibilidades de solução, definindo as responsabilidades coletivas e pessoais, para eliminar ou atenuar as falhas detectadas.
- Estimular o sentido de responsabilidade e de comprometimento da escola na direção do seu próprio crescimento, reconhecendo as possibilidades e limitações de seu trabalho.



PROCESSO N° 1763/2007

- Dar unidade ao processo de ensino, integrando as ações desenvolvidas seja na sala de aula ou na escola como um todo, seja em suas relações com a comunidade, na construção do currículo escolar.
- Estabelecer princípios orientadores do trabalho dos professores e dos funcionários.
- Criar parâmetros para o processo de acompanhamento e de avaliação do trabalho escolar.
- Definir, de forma racional, os recursos necessários ao desenvolvimento da proposta.

Tendo em vista que o concreto da escola é dinâmico e complexo, esses caminhos se entrecruzam o tempo todo, de forma que certas atividades realizadas com uma determinada finalidade podem produzir resultados estimuladores de outras atividades.

Tendo clara essa interdependência das ações, serão indicados, aqui, a título de sugestão, momentos que devem estar presentes na construção de uma proposta pedagógica.

Processo de participação

A importância da participação de todos na construção da proposta já foi inúmeras vezes aqui salientada. Vale ressaltar, ainda, alguns pontos fundamentais. A existência de níveis hierárquicos diferenciados dentro da escola é indiscutível e, por isso mesmo, é preciso definir, com clareza, as responsabilidades que cada um deve assumir. Direção, professores, alunos, profissionais de suporte pedagógico, funcionários, pais, lideranças da comunidade, todos devem ter o seu espaço de participação, mas deve-se ter cuidado, para que não se confundam as atribuições e não sejam ultrapassados os limites de competência de cada segmento.

Direção, professores e profissionais de suporte pedagógico são os responsáveis diretos pela mobilização da escola e da comunidade para a construção da proposta. Além disso, uma de suas atribuições específicas é a tomada de decisões sobre conteúdos e métodos de ensino e carga horária das disciplinas do currículo.

Os alunos são fontes de informação das suas necessidades de aprendizagem, que se vão constituir no núcleo das preocupações da escola. São eles, de fato, o alvo de todo esse esforço.

O trabalho dos funcionários, por se realizar em uma escola, tem uma dimensão pedagógica que é muito pouco reconhecida, até por eles próprios. As relações que eles estabelecem com os alunos e com os pais poderiam ser exploradas na direção da formação da cidadania. E nem sempre o são. Portanto, sua participação ativa na construção da proposta é fundamental, para que a escola se constitua, toda ela, em um espaço educativo.

Os pais e a comunidade devem participar efetivamente das decisões sobre o orçamento e a utilização dos recursos financeiros que a escola recebe. Além disso, eles devem participar das discussões sobre as características do cidadão que se quer formar, sobre o uso do espaço e do tempo escolar e sobre as formas de organização do ensino que a escola deve adotar. Essa participação pode propiciar aos pais uma melhor compreensão do trabalho escolar e fornecer subsídios para que eles acompanhem e estimulem seus filhos na consecução das tarefas escolares. Por outro lado, deve ser dada atenção para o fato de que essa participação traz, para o interior da escola, de forma mais explícita, as questões partidárias e grupais que existem na comunidade. Aqui, a negociação é fundamental. Essas questões nunca devem ser impeditivas para a presença e participação dos pais na escola. O desafio é aprender a



PROCESSO N° 1763/2007

viver em democracia.

O Conselho Escolar é o canal institucional da participação dos pais. Entretanto, é preciso construir parcerias com o maior número possível de pais e de lideranças da comunidade, ultrapassando, assim, o formalmente estabelecido. A construção de parcerias com a comunidade tem sido considerada fundamental para o êxito de qualquer projeto educativo que objetive o desenvolvimento da cidadania. Ainda que as famílias usuárias da escola pública tenham pouca formação escolar, é preciso acreditar que elas podem influir significativamente nas escolas.

Nessa perspectiva, nenhum segmento tem uma importância menor que a do outro nesse trabalho coletivo. Se há divisões hierárquicas, elas devem ser entendidas como elementos necessários à organização, facilitação e operacionalização do trabalho. Não devem funcionar, nunca, como elementos impeditivos da participação de todos, que deve ser cada vez mais ampliada.

O currículo escolar

Tradicionalmente, as escolas públicas têm a sua prática pedagógica determinada ou por orientações centralizadoras oriundas das Secretarias de Educação ou pelos próprios livros didáticos. Isso resulta, na maioria das vezes, em uma prática curricular muito pobre que não leva em conta nem a experiência trazida pelo próprio professor, nem a trazida pelo aluno ou mesmo às características e tradições culturais da localidade em que a escola está inserida. Por outro lado, isso também não possibilita a construção, pelo professor, de uma autonomia intelectual tanto quanto o exercício da sua criatividade e da dos seus alunos; e não dá margem para que a escola possa construir a sua própria identidade no processo de transmissão curricular.

Mesmo com a publicação e ampla divulgação, pelo MEC, dos Parâmetros Curriculares, essa prática ainda continua muito forte nas escolas.

Relacionado a isso, existe uma concepção restrita de currículo, próxima do conceito clássico de programa ou, pior ainda, de uma simples grade curricular, ou de mera listagem dos conteúdos que devem ser tratados; daí porque muitos professores se orientam apenas pelos sumários ou índices dos livros didáticos. Ao adotarem essa concepção de currículo, os profissionais da escola deixam de lado uma visão mais ampla que vai além da mera enumeração das disciplinas e da especificação de seus conteúdos. De fato, o currículo abrange tudo o que ocorre na escola, as atividades programadas e desenvolvidas sob sua responsabilidade e que envolvem a aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos, na própria escola ou fora dela e isso precisa ser muito bem pensado pela escola.

(...)

Implementação da proposta pedagógica

Para que o redimensionamento da organização do trabalho pedagógico não signifique apenas uma atividade burocrática e formal a ser cumprida por exigência legal, é preciso viabilizar as condições necessárias para a sua construção, execução, acompanhamento, avaliação, reconstrução. A seguir são colocadas algumas das condições essenciais para sua implementação. Delimitação e organização do tempo para a discussão, elaboração e acompanhamento da proposta.

Para a realização de uma tarefa complexa como a de elaboração e implementação da proposta, é preciso buscar condições objetivas. A instituição de um tempo próprio é uma dessas condições. A cultura da



PROCESSO N° 1763/2007

participação precisa ser ainda instaurada em nossas escolas e, para isso, precisa-se de tempo. Aqui, o tempo merece uma conceituação precisa. Significa um horário definido para participar de reuniões e realizar tarefas específicas que se façam necessárias para a consecução da proposta.

Quando a escola ocupa todo o tempo do professor com aulas, sem lhe dar algumas horas semanais de trabalho remunerado para estudar, elaborar material didático e ter oportunidade de discutir com os colegas e com a comunidade o processo de realização do trabalho pedagógico, ela está dificultando a realização de um trabalho de qualidade. Reconhecendo isso, a LDB, no seu art. 67, inciso V, assegura ao professor período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho, o que deverá constar do plano de carreira dos profissionais do magistério. Por outro lado, a Resolução CEB/CNE n.º 3/97, art 6º, inciso V, define que a jornada de trabalho dos docentes incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades. No inciso IV do mesmo artigo, está indicado que as horas-atividade correspondem às horas de trabalho do professor destinadas à preparação e à avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola. Vê-se, desse modo, legalmente garantida a participação do professor nesse tipo de trabalho.

Encontrar o tempo certo para reunir as pessoas da comunidade não é fácil. E, aqui, se coloca um desafio para as lideranças da escola: descobrir formas de contato com as famílias dos alunos que superem as tradicionais – as eventuais reuniões de pais para tratar da indisciplina e das notas baixas dos alunos – de maneira a atraí-las a participar sistematicamente da vida escolar de seus filhos e a participar do processo de construção e acompanhamento da proposta pedagógica.

Estabelecimento de possibilidades e de limitações do trabalho da escola e definições de prioridades.

A degradação histórica que a escola vem sofrendo faz com que sejam inúmeros os aspectos que merecem ser transformados para que ela alcance patamares mínimos de qualidade. Na sua proposta pedagógica, é importante que sejam identificados, com clareza, os problemas enfrentados, bem como suas possíveis soluções. A partir daí, algumas questões se colocam. As soluções levantadas são viáveis? Como elas serão encaminhadas? O que precisa ser feito, para que elas se tornem operacionais? Quais os recursos necessários e como buscá-los? Tais questões, entre outras, irão ajudar a definir quais as possibilidades e limitações concretas da escola nesse primeiro momento, sempre tendo em mente que, no decurso do trabalho, essas possibilidades poderão ser ampliadas. Considerada a complexa tarefa de dar uma nova qualidade à escola, é preciso definir, no rol das possibilidades levantadas, as prioridades para que haja economia de tempo e de esforço. Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo.

Acompanhamento da execução da proposta pedagógica

A construção e execução da proposta pedagógica e do plano da escola precisam ser sustentadas por um acompanhamento contínuo e sistemático do diretor da escola, mas também de um coordenador pedagógico que deve ajudar o diretor através de ações mais específicas de caráter técnico-pedagógico. Cabe às Secretarias de Educação providenciar a presença desse agente na escola, seja ele um elemento integrante da própria escola, seja ele um técnico da Secretaria. O importante é que haja um responsável pela mobilização da escola para estar, periodicamente, discutindo os rumos que a proposta pedagógica e o



PROCESSO N° 1763/2007

plano da escola vão tomando. Como partes desse processo de acompanhamento, são sugeridas algumas ações:

- Análise dos planos de trabalho dos professores para verificar sua relação com os objetivos, com os conteúdos curriculares e com as opções metodológicas da proposta pedagógica;
- Construção, juntamente com os professores, de um instrumento de acompanhamento das aulas, a partir de parâmetros previamente discutidos, de forma que eles possam participar da avaliação da sua própria prática de trabalho;
- Observação da sala de aula, a partir de um instrumento de acompanhamento, para estabelecer relações entre a dinâmica da aula e os objetivos e conteúdos curriculares da proposta pedagógica e identificar aspectos que precisam ser mais bem trabalhados com os professores;
- Acompanhamento do desempenho dos alunos, identificando pontos nesse desempenho que precisam ser melhorados e que precisam ser discutidos com os professores;
- Acompanhamento do desenvolvimento de projetos propostos por professores e por alunos;
- Supervisão do uso do tempo e do espaço escolar, verificando sua adequação aos objetivos e conteúdos curriculares;
- Supervisão da qualidade dos recursos didáticos disponíveis, observando sua variedade, sua adequação ao número de alunos e aos objetivos e conteúdos curriculares da proposta pedagógica;
- Reunião em dia fixo, que faça parte da programação normal da escola, com os professores, para estudo teórico e discussão de questões práticas;
- Reunião periódica com toda a escola e com os pais dos alunos para avaliação e replanejamento da proposta e do plano de trabalho da escola.

Cabe à Secretaria de Educação garantir as condições para que esse acompanhamento se efetive, estimulando, inclusive, a troca de experiências entre as escolas, promovendo, por exemplo, seminários interescolares em que sejam apresentadas as diferentes propostas em andamento, as dificuldades para sua construção e implementação e os resultados que vêm sendo alcançados.

MARCO OPERACIONAL

Para que o redimensionamento da organização do trabalho pedagógico não signifique apenas uma atividade burocrática e formal a ser cumprida por exigência legal, é preciso viabilizar as condições necessárias para a sua construção, execução, acompanhamento, avaliação, reconstrução, portanto todos os segmentos da comunidade escolar devem buscar alternativas para que o projeto possa ser desenvolvido e tornar-se real. O papel de cada segmento é:

Gestão Escolar

A gestão democrática e colegiada escolar entendida como o processo que rege o funcionamento da escola compreendendo tomada de decisão conjunta na execução acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar.

Entende-se por comunidade escolar a Equipe Pedagógica, a Equipe Administrativa e alunos regularmente matriculados nos estabelecimentos



PROCESSO N° 1763/2007

de ensino.

A gestão democrática e colegiada da Escola abrange os seguintes órgãos

Equipe de Direção

- a) Direção
- b) Direção Auxiliar
- c) Direção Auxiliar U.D.P.

Conselho Escolar
APMF
Congregação dos Professores
Conselho de Ética e Disciplinar

Equipe Pedagógica

- a) Coordenação Pedagógica
- b) Coordenação do Curso Técnico
- c) Coordenação de Estágio
- d) Corpo Docente
- e) Administração de Internato
- f) Biblioteca
- g) Coordenador de Laboratório

Equipe de Apoio Administrativo

- a) Secretaria
- b) Auxiliar de Secretaria
- c) Auxiliar de Biblioteca
- d) Cozinheiras
- e) Administrador de Internato
- f) Auxiliar de Administrador de Internato
- g) Motorista
- h) Lavanderia
- i) Rouparia
- j) Faxineira
- k) Vigia

Equipe de Apoio a U.D.P.

- a) Engenheiros Agrônomos
- b) Médicos Veterinários
- c) Técnicos Agropecuários
- d) Técnicos em Contabilidade
- e) Auxiliar de Tesouraria
- f) Almoxarife
- g) Auxiliar de Almoxarife
- h) Instrutor de Operações de Máquinas e Equipamentos
- i) Instrutor de Marcenaria e Carpintaria
- j) Instrutor de Construções
- k) Trabalhadores de Campo

Comunidade Escolar

Organização e utilização dos espaços educativos

A fazenda escola dispõe de grande espaço, no entanto em termos de construção predial está necessitando de reformas e ampliações, como por exemplo o auditório, que foi transformado em sala de aula. Todos os espaços podem e devem ser utilizados desde que com a autorização prévia de cada responsável pelo setor e sob a supervisão da direção.



PROCESSO N° 1763/2007

(...)

Organização de turmas e distribuição de aulas

As turmas são organizadas visando a heterogeneidade, para que o processo de interação seja desenvolvido numa diversidade, onde a troca de experiência contribui para a aprendizagem.

As aulas são distribuídas pelo núcleo regional de acordo com as vagas que a escola oferece, lembrando que a escola funciona em turno integral. As disciplinas técnicas são distribuídas após uma reunião entre os profissionais de cada área (administradores, agrônomos, veterinários), onde cada um escolhe a disciplina que irá ministrar, visando a sua especificidade.

Avaliação do curso e da Instituição

Esta modalidade de avaliação tem a função diagnóstica e realimentadora, possibilitando a análise contínua do curso. As formas de avaliação curricular e institucional serão diferenciadas oportunizando refletir e debater os avanços e deficiências diagnosticadas. A avaliação envolverá o corpo docente, discente e administrativo e terá como diretriz:

- Análise da compatibilidade do currículo com o planejamento;
- Atualização dos conhecimentos por parte dos docentes;
- Participação dos docentes em simpósios, encontros, cursos, etc.;
- Adequação curricular para sanar as deficiências detectadas;
- Avaliação dos docentes pelos discentes;
- Estudos de egressos do curso;
- Acompanhamento e avaliação de Estágio Orientado.
- Auto-avaliação da instituição realizada pelo colegiado do curso por meio de reuniões periódicas para análise da:
- Participação da comunidade;
- Ajuste e orientações da intervenção pedagógica para que o educando se aproprie dos conteúdos da melhor forma;
- Tomada de consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades;
- Reflexão contínua para o educador na sua prática pedagógica;
- Interação e integração de todos os envolvidos no processo;
- Essa avaliação será aplicada em duas etapas: durante o ano bimestralmente e/ou quando necessário, e no fim do ano letivo de forma geral. Para isso serão utilizados instrumentos de pesquisa como: entrevistas, questionários, debates, reuniões pedagógicas, grupos de estudo e observação.”

A Proposta Pedagógica na íntegra consta das folhas 87 a 237 do presente processo.

6 – Projetos Desenvolvidos pela Instituição

- Projeto Viveiro Florestal – CEEPAR
- Projeto de Extensão em Hortas e Jardins
- Projeto Feira de Ciências Agropecuária
- Projeto Família na Escola
- Projeto Dia Técnico
- Projeto Trilhas
- Projeto Agenda 21



PROCESSO N° 1763/2007

- Projeto Monitoria
- Projeto Grêmio Estudantil “5 de novembro”
- Projeto Flores
- Projeto de Biossistemas
- Projeto de Fruticultura
- Projeto de Humanização do Internato

158 a 235.

Todos os Projetos listados encontram-se descritos às folhas

7 – Avaliação do Curso e da Instituição

“A construção e execução da proposta pedagógica e do plano de curso do colégio precisam ser sustentadas por um acompanhamento contínuo e sistemático por todos os envolvidos neste processo. Para discutir os rumos que a proposta pedagógica e o plano da escola vão tomando.

(...)

Cabe à Secretaria de Educação garantir as condições para que esse acompanhamento se efetive, estimulando, inclusive, a troca de experiências entre as escolas, promovendo, por exemplo, seminários interescolares em que sejam apresentadas as diferentes propostas em andamento, as dificuldades para sua construção e implementação e os resultados que vêm sendo alcançados.

Proposta de Formação Continuada

A modernidade exige mudanças, adaptações, atualização e aperfeiçoamento. A parceria, a globalização, a informática, toda a tecnologia moderna é um desafio a quem se formou há vinte ou trinta anos. A concepção moderna de educador exige “uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica e consciente da necessidade de mudanças na sociedade brasileira.”(Brzezinski, 1992:83).

A formação contínua é segundo (Nóvoa 1991, Freire 1991 e Mello 1994) saída possível para a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo. Nova o bastante para não dispor ainda de mais teorias nutrientes, provavelmente, ainda em gestação. É uma tentativa de resgatar a figura do mestre, tão carente do respeito devido a sua profissão, tão desgastada em nossos dias. “Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”. (FREIRE, 1991:58). Para o autor, *formação permanente* é uma conquista da maturidade, da consciência do ser. Quando a reflexão permear a prática, docente e de vida, a *formação continuada* será exigência “*sine qua non*” para que o homem se mantenha vivo, energizado, atuante no seu espaço histórico, crescendo no saber e na responsabilidade.

O profissional consciente sabe que sua formação não termina na Universidade. Esta lhe aponta caminhos, fornece conceitos e idéias, a matéria-prima de sua especialidade. O resto é por sua conta. Muitos professores, mesmo tendo sido assíduos, estudiosos e brilhantes, tiveram de aprender na prática, estudando, pesquisando, observando, errando muitas vezes, até chegarem ao profissional competente que hoje são.



PROCESSO N° 1763/2007

(...)

O processo de formação continuada instituído é permeado, concomitantemente, por aspectos considerados pelos próprios sujeitos como possibilitadores da sua ocorrência. Para os docentes, a disponibilidade de serviços e produtos variados de informação no mundo atual, as políticas governamentais dirigidas especificamente à pós-graduação em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como a política de incentivo à formação continuada adotada pelos Departamentos são fatores que possibilitam muito o engajamento do pessoal no processo de formação contínua.

Melhorias em Instalações a Aquisição de Equipamentos

- Cobertura da quadra poliesportiva
- Recuperação de sanitários
- Recuperação de alojamentos
- Melhoria da sala de agroindústria
- Aquisição de aparelho de DVD
- Aquisição de CD da área técnica
- Recuperação de Setores das Unidades Didático Produtivas
- Aquisição de 02 computadores para setor administrativo
- Recuperação do parque de máquinas
- Conversão total da horta orgânica
- Construção da lavanderia e rouparia
- Readequação da Pecuária – suinocultura, ovinocultura e bovinocultura
- Aquisição de materiais para a cozinha do colégio
- Asfalto no pátio e cascalhamento nos setores
- Instalação do laboratório de informática com 20 computadores
- Adequação sala dos professores.

(...)

Número de Alunos

ANO	1º SEM	2º SEM	3º SEM	TOTAL	1º SEM	2º SEM	3º SEM	TOTAL
2004	50	42		92	8	-	-	8
2005	91	49	42	182	3	1	0	4
2006	72	73	86	231	7	1	0	8

(...)

Recursos Humanos

O conceito de escola reflexiva sugere uma escola que reflete e se avalia em sua proposta pedagógica, uma organização que se instrui e que considera os que nela estudam, mas também os que nela ensinam como também os que colaboram.

Nossa prática institucional dialoga com a comunidade interior e exterior, descobrindo os melhores caminhos para desempenhar o objetivo que lhe cabe na sociedade. Assim revemos, sobretudo as concepções ensino/aprendizagem, ou seja, a forma como ensinamos, do que entendemos como educação e escola, fatores que nos oportunizam refletir sobre todas estas questões, *o saber diagnosticar, o saber ensinar, o saber avaliar*, que irão expressar a qualidade do trabalho.



PROCESSO N° 1763/2007

Esta qualidade é percebida na formação específica exigida no curso dos profissionais, que atuam na área. Dessa forma, inúmeras atividades são desenvolvidas, dentro de projetos que buscam contextualizar os conteúdos, valorizando assim a práxis. Este trabalho é percebido através dos projetos que desenvolvemos, sendo: Projeto de monitoria; Projeto Feira de Ciências; Família na Escola; Semana do Técnico; Intercâmbio de Profissionais; Doação de sangue; Projeto Bolsa Pesquisa (Fundação Araucária) e Horta Comunitária.

Acompanhamento de Egressos

Levantamento situacional de Egressos	2004	2005	2006
Empregados na área	66%	65%	62,3%
Empregados em outras áreas	2,2%	3,4%	4,2%
Retornaram a propriedade rural	30,5%	29%	30%
Fazendo curso universitário	2%		1,5%
Não informado	1%	3,6%	2%

Sobre o Curso:

a) Itens relevantes

O curso em Técnico em Agropecuária propõe uma organização curricular, que oferece aos educandos uma formação para desenvolver os seus valores, à integração do seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa. Um aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. E também a preparação e orientação básica para o mundo do trabalho, garantindo seu aprimoramento profissional que permita acompanhar as mudanças que caracterizam a produção do nosso tempo.

Para isto desenvolvemos os projetos pedagógicos e produtivos, em parceria com empresas privadas e públicas, além de firmar outras. Entre elas, destacamos:

UNICENTRO – Utilização de laboratórios de execução de experimentos; Pesquisas e estágios.

CRPL – Cooperativa Regional dos Produtores de Leite de Guarapuava – cooperação na produção de leite

EMATER – realização de cursos de Piscicultura, Tosa de ovinos.

Prefeitura Municipal de Guarapuava:

- Secretaria de Promoção Social e Secretaria de Educação de Guarapuava: Hortas Comunitárias nas Escolas e CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil).

- Secretaria de Agricultura de Guarapuava: Cultura de Tomates

SEAB – Secretaria Estadual de Abastecimento.

Ressaltamos também que neste processo o Estágio Supervisionado vem contribuir para a formação do profissional de nível técnico na área de agropecuária, através do desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho, as quais asseguram o aluno perceber no ato educativo, que a teoria e a prática são indissociáveis.

Assim sendo, o estágio, proporciona aos educandos os primeiros contatos com as atividades próprias da área do curso de agropecuária, bem como, os alunos desenvolveram projetos disciplinares e/ou interdisciplinares nos diversos setores da Escola-Fazenda, sob a supervisão de professores



PROCESSO N° 1763/2007

orientadores e a da coordenação de estágio.

Os estágios supervisionados foram realizados em: Empresas agropecuárias e florestais públicas e privadas; Propriedades rurais, inclusive da família, desde que assistida por profissional liberal vinculado aos órgãos de classe; Cooperativas e órgãos de pesquisa e extensão rural; nos colégios agrícolas.

b) Sugestões para alcançar a melhoria

Embasados na concepção sócio-histórica, que permite considerar as ações dos sujeitos vinculadas ao contexto em que se inserem e, ainda, nessa perspectiva, a práxis como uma modalidade do fazer humano, que vê o outro como um ser autônomo e que tenta ajudá-lo a chegar à sua autonomia, concebemos a formação continuada como uma via possível de reflexão e deliberação sobre a atividade docente, sobre a práxis docente que, não tendo e não podendo ter fim em si mesma.

Assim, consideramos a formação continuada como uma atividade vital e social que, como processo educativo, pode assegurar ao professor a apropriação de conhecimentos, habilidades e valores fundamentais da cultura humana – atividade para si – de modo que a objetivação desses conhecimentos, habilidades e valores possa criar possibilidades de crescimento individual e coletivo dele próprio e de seus alunos para além das atividades em si. Sendo assim, espera-se que os docentes do CEEPAR:

Consigam teorizar a sua prática, para poder renová-la, e esta competência (de teorizar a prática) não se concretiza com treinamentos massificados, mas com questionamento, reflexão individual e coletiva, pensamento crítico e criativo, produção própria e educação continuada. O desafio é abandonar os cursos imediatistas que contemplem a ação reprodutiva, para desencadear mecanismos docentes processuais, coletivos, dinâmicos e contínuos da capacitação. A construção de proposta pedagógica com autonomia e criatividade enseja nos docentes envolvimento, competência e busca de qualidade (Behrens, 1996, p. 229).

Este processo de formação continuada possibilita o engajamento de todos os segmentos, através das políticas de incentivo adotada pela SEED, como a Formação Pedagógica para as Disciplinas do Currículo de Educação Profissional em Ensino Médio; Grupos de Estudos aos sábados para os professores técnicos; Projetos, encontros, cursos e palestras.

O colégio propõe, além do já elencado acima, proporciona também grupos de estudos com temas sugeridos por professores e funcionários, discutidos em reuniões pedagógicas.”

8 – Comissão Verificadora

A Comissão Verificadora constituída pelo Ato Administrativo n.º 044/07 do NRE de Guarapuava, integrada por Técnicos Pedagógicos do NRE e o Especialista Licius Pollatti Schüli, Médico Veterinário, emitiu o Laudo Técnico favorável a Renovação de Credenciamento do Centro Estadual de Educação Profissional Arlindo Ribeiro, no Município de Guarapuava, conforme a Deliberação n.º 09/06-CEE.



PROCESSO N° 1763/2007

O relatório de Avaliação da Instituição apresenta as seguintes informações:

“instalações adequadas para sala de aula:
09 salas de aula.

instalações adequadas para complexo higiênico-sanitário:
04 baterias de sanitários.

instalações adequadas para salas-ambiente/laboratórios:
Laboratório de informática
Laboratório multidisciplinar
Unidade didático produtivas (suinocultura, avicultura, hortas, bovinocultura mecanização)

instalações adequadas para portadores de necessidades especiais:

instalações específicas para uso da administração:
05 salas.

instalações específicas para uso de serviços técnico-pedagógicos:
03 salas.

instalações específicas para uso do corpo docente:
01 sala.

instalações específicas que atendam as finalidades da Proposta Pedagógica (laboratório, salas diferenciadas)
Laboratórios, sala para agroindústria, aviários, coelhário, pocilgas, aprisco, estábulos, hortas, apiário, campos de experimento.

instalações específicas para uso da biblioteca:
01 sala.

o imóvel apresenta condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento e higiene, em total conformidade com a legislação que rege a matéria:
O imóvel apresenta condições adequadas.

(...)

recursos humanos:
Corpo docente habilitado, funcionários técnicos específicos.

quantidade e qualidade dos recursos materiais e tecnológicos disponíveis:
Existe todo material necessário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

formas de organização institucional, administrativa e pedagógica:
Conselho escolar, APMF, Direção geral, Diretor auxiliar pedagógico, Diretor auxiliar da UDP, 03 pedagogas.

qualidade dos recursos didáticos e metodológicos disponíveis, especialmente: material escrito e recursos postos à disposição dos alunos:
Material áudio visual Técnico e da BNC suficiente às práticas pedagógicas.



PROCESSO N° 1763/2007

formas de planejamento coletivo do trabalho discente e sua relação com as metodologias adotadas (conversar com o(a) coordenador(a) do curso e/ou representante dos professores):

Elaboração e execução de projetos de forma compartilhada e constante análise avaliação PPP.

execução do plano de capacitação docente:

Os professores estão em constante aperfeiçoamento profissional ofertados pela SEED; seminários, simpósios e grupos de estudos.”

Laudo Técnico para Renovação do Credenciamento da Instituição

“A Comissão de Verificação (...) designada pelo Ato Administrativo n° 044/07 de 25/05/2007, do NRE de Guarapuava, procedeu a verificação “in loco” no **Centro Estadual de Educação Profissional Arlindo Ribeiro**, do Município de Guarapuava, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, com o objetivo da renovação do credenciamento da instituição.

Após análise dos documentos constantes no processo, do Plano de Curso, da verificação “in loco” (condição dos recursos físicos, materiais e humanos), constatamos a veracidade das declarações e as condições necessárias em atendimento à Deliberação n.º 09/06-CEE.

Isto posto, somos de **Parecer Favorável** à renovação do credenciamento, e encaminhamos o processo à SEED para as devidas providências.”

II – VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto e o parecer n.º 2131/07-CEF/SEED, somos pela Renovação de Credenciamento do Centro Estadual de Educação Profissional Arlindo Ribeiro, para oferta de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, no Município de Guarapuava, conforme o estabelecido no Parágrafo Único do Art. 34 da Deliberação n.º 09/06-CEE.

É o Parecer.



ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N° 1763/2007

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Planejamento aprova, por unanimidade, o Voto do Relator.
Curitiba, 04 de dezembro de 2007.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.
Sala Pe. José de Anchieta, em 05 de dezembro de 2007.